

Secretaria da Mulher participa do Seminário Mulheres Unidas pela Promoção da Igualdade



A Secretária da Mulher do Siemaco participou no último dia 30 de setembro do Seminário Mulheres Unidas pela Promoção da Igualdade promovido pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) junto à CGTB, CTB, Força Sindical e Nova Central. O evento, que também contou com a presença da senadora Marta

Suplicy, aconteceu na sede da UGT e visou debater soluções para que se aprovem os Projetos de Lei da Igualdade (PLs 4857-A/2009 e 6653/2009) e neles sejam incluídos a Cipi (Comissão Interna Pró-Igualdade) e o Cerad (Cadastro de Empresas que praticam a Promoção de Igualdade), para garantir maior proteção às trabalhadoras tanto no meio urbano quanto no rural, além da urgência de fazer valer o ponto de vista da classe trabalhadora e as divergências da base do governo.

“A aprovação da Cipi e do Cerad seria ponto contributivo para a bancada dos trabalhadores, porque atuaria nas empresas e estas ganhariam o selo SPM, da Secretaria para as Mulheres, uma espécie de certificado de promoção pela igualdade de gênero e raça”, explica Joyce Pereira, assessora da Secretaria da Mulher da UGT.



A mulher do século 21 vive em um cenário de competitividade e ainda encontra a desigualdade. Porém, muitas conquistas já foram consagradas e agora é necessário repensar o novo cenário que a permeia. Embasada neste argumento e não abordando o PL da classe trabalhadora, a senadora Marta Suplicy

explicitou o papel da mulher na mídia, como veicular esta nova imagem e, a partir daí, realmente falar do feminino nesta sociedade.

Como exemplo, citou a campanha publicitária com Gisele Bündchen que se utiliza de inúmeras maneiras para dizer ao marido que estourou o cartão de crédito. Primeiro aparece de vestimentas normais e depois de calcinha e sutiã. Fato que causou polêmica entre as entidades e movimentos à favor da causa feminina que viram a exploração sexual da imagem da mulher.

“É difícil se posicionar, é polêmico, mas me posicionei de 20 jeitos diferentes. Muitas são as formas femininas de se posicionar no mundo machista, nas diferentes áreas de trabalho e no privado. Existem as armas femininas, além da sensualidade, como a percepção mais sensível e perspicaz da vaidade, do

medo, da intolerância que fazem freqüentemente da mulher uma interlocutora mais hábil. E a gente manipula”, argumenta Marta Suplicy.

“A gente sempre foi mais oprimida e tivemos que aprender a sobreviver. Essa matéria usa uma coisa que as mulheres fizeram por gerações. Por que as mulheres ficaram furiosas? Porque a gente está no mundo que é novo, que é o século 21. Qual de vocês aqui, tem uma família que não dependa de um salário de uma mulher? Nem na minha nem na de vocês”, acrescenta.

A senadora propôs à mulher e aos anúncios de hoje a mesma capacidade, criatividade e inventividade que coloque a mulher no século 21. Que se utilize do poder da sensualidade e mostre o poder de consumo no mercado feminino. “Não é que a propaganda que está errada, falta um olhar para essa nova mulher”, polemizou a senadora.

Para Cássia Bufelli, secretária das Mulheres da UGT, o ponto de partida por parte da bancada política em não discutir propriamente o PL, é preocupante. “Temos um esforço conjunto de todas as centrais. E isso depende de nós para que o PL seja aprovado. O trabalho não é fácil e devemos lutar por algo que acreditamos mesmo. Vamos nos envolver e nos formar em política. O nosso trabalho é militância, sindicalismo e é este o trabalho que temos pela frente! Com trabalhador sendo explorado, ganhando pouco”, exclama Cássia.

Com a plataforma trabalhadoras das centrais sindicais, o encontro visa uma ação diferenciada em benefício das mulheres. “Precisamos informar e mobilizar a sociedade sobre a importância da lei. O conjunto das mulheres que militam não conhecem o PL. A tarefa de divulgar é das centrais. Precisa ser uma campanha da sociedade, do mundo do trabalho, para assim, entregar à presidente Dilma Rousseff. E tudo depende de nós”.

Se faz urgente a mobilização para aprovação dos PLs 4857-A/2009 e 6653/2009 referentes à igualdade entre mulheres e homens para coibir práticas discriminatórias no trabalho urbano e rural dos deputados Alice Portugal e Valtenir Pereira, além do PL do Senado 136/2011 do senador Inácio Arruda.

Aspectos da redução da miséria e pobreza regionais também precisam estar inseridos na luta das mulheres e sindicalistas pela igualdade, como uma luta permanente. Daí, a importância da inclusão dos PLs na pauta de políticas nacionais.

(Fonte: UGT)